



A DITADURA MILITAR NA BAHIA: ENTRE O SILENCIAMENTO E A MEMÓRIA

Edson Silva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: edisomsilva@gmail.com

José Alves Dias

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: jose.dias@uesb.edu.br

164

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como propósito explicar a respeito da pesquisa em desenvolvimento (aspectos teóricos e levantamentos das fontes), no âmbito do doutorado, do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O objetivo principal da pesquisa é investigar as ações e processos de silenciamento ditadura militar no âmbito do Estado da Bahia nas décadas de 1970 e 1980, e seu inverso, a rememoração da luta de resistência a partir do fim do regime. No estudo procuramos responder duas questões fundamentais: por um lado, a partir das narrativas de memória e fontes documentais procuramos investigar quais as estratégias e as ações destinadas a impor um controle, medo e silêncio pela ditadura militar na Bahia, empreendidas contra indivíduos, grupos e organizações; por outro lado, averiguar a partir dos testemunhos quais as distintas táticas, formas de lutas de resistência e manifestações de oposição.

A proposta, ora apresentada, surgiu necessidade de reformulação do projeto de tese inicialmente proposto. Assim, a partir das leituras e reflexões dos estudos das teorias da memória, dos processos de manipulação da memória social, das discussões historiográficas sobre as disputas pelo poder do Estado brasileiro, da ditadura militar e dos movimentos sociais, foi possível repensar a investigação e abranger o *corpus* de fontes. Do ponto de vista da relevância acadêmica e social, o projeto em andamento, busca contribuir com os estudos e discussões sobre a memória da ditadura na Bahia. Embora no campo da historiografia já tenha sido escrito pesquisas sobre os acontecimentos relativos ao golpe de 1964, ao protagonismo do movimento estudantil, a relação de religiosos com os governos militares, a atuação dos grupos de luta armada e pela reivindicação da anistia. A questão da memória carece na bibliografia especializada

Realização:



Apoio:





e na sociedade baiana, uma problematização e adensamento de análise, das suas formas e expressões de rememoração e esquecimento.

METODOLOGIA

Seguindo a proposta de interpretação, defendida por Joseph Comblin (1978), para a ditadura militar no Brasil, a preparação do regime de Segurança Nacional inaugurado a partir de 1964, nasceu na Escola Superior de Guerra, constituída em 1949. Nesta instituição de formação de oficiais e discussão de concepções de estratégias militares foi moldado o pensamento da Doutrina de Segurança Nacional entre parte dos oficiais das Forças Armadas brasileiras. Na Escola Superior de Guerra (ESG), fora ensinado os conceitos de guerra fria, generalizada e revolucionária, e os elementos que constituíam a Doutrina de Segurança Nacional, como objetivos nacionais, segurança nacional, poder nacional e estratégia nacional (COMBLIN, 1978, p.155).

Para Maria Helena Moreira Alves, a Doutrina de Segurança Nacional, pressupunha um conjunto de estratégias para diversos campos da vida social. A estratégia política instituía uma série de restrições aos partidos políticos e mecanismos de controle aos poderes: Legislativo e Judiciário. No campo econômico, tinha como base o controle salarial, a repressão aos sindicatos e o estímulo ao investimento do capital estrangeiro. Na esfera militar, a ação visava impor medidas de controle de forma a impedir a participação política, o cumprimento rigoroso da hierarquia e o expurgo de oficiais e subalternos, identificados como apoiadores do governo deposto em 1964. A psicossocial ou psicológica consistia na imposição do medo para dominação e dissuasão de qualquer forma de oposição. De modo a explorá-lo como elemento dissuasivo, eram realizadas operações militares como o fechamento de ruas e quarteirões com blitz e busca em residências, para os presos sendo usual prática da tortura física e psicológica (MOREIRA ALVES, 2005, p.63-96).

O conceito de Estado de Segurança Nacional assume relevância no curso da investigação como pressuposto teórico para compreender as intervenções da ditadura militar na Bahia. A documentação disponibilizada e acessada no site do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), do Serviço Nacional de Informação (SNI), do Serviço de Informação do Exército (CIEEX), do Centro de Informação da Marinha (CENIMAR) e do Centro de Informação Aeronáutica (CISA), nos apresentam indícios das operações de repressão e vigilância, como informes, depoimentos, inquéritos



policiais, processos e prisões de opositores da ditadura na Bahia. A partir desta documentação apontamos como a política repressiva de Estado de Segurança Nacional, ao mesmo tempo que procurava monitorar, calar e eliminar os opositores, tratados como “inimigos internos”, tentava silenciar suas memórias.

De acordo com Maurice Halbwachs (2004), os processos de recordação se caracterizam a partir das demarcações sociais e coletivas, e a reconstrução do passado a partir de interesses do tempo presente. Os indivíduos quando lembram sempre se utilizam dos marcos sociais (lugar, tempo, linguagem) e expressam o ponto de vista do grupo de referência. As memórias coletivas são múltiplas, tendo como suporte os diversos grupos sociais constitutivos de uma determinada sociedade. Não obstante, o sociólogo Michel Pollak, ao mesmo tempo que reconheceu a contribuição de Halbwachs, apontou para uma outra abordagem de estudo da memória coletiva, “essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias” (POLLAK, 1989, p.4). Assim, ressaltou a relevância das “memórias subterrâneas” dos grupos subalternizados e silenciados, que se contrapõe à “memória oficial”.

Por sua vez, Walter Benjamin (1997), na sua teoria da história, defendeu uma historiografia que levasse em conta os processos de rememoração ou as reminiscências. Márcio Seligmann-Silva (2003), ao comentar a teoria de Benjamin, considerou a perspectiva, também, como uma teoria da memória. O historiador ao debruçar-se sobre o passado e desenvolver uma inteligibilidade histórica, deve levar em consideração as reminiscências ou rememorações individuais e coletivas. “Essa nova “historiografia baseada na memória” *testemunha* tanto os sonhos realizados e as promessas não-cumpridas como também as insatisfações do *presente* (SELIGMANN-SILVA, 2003, p.389). Assim sendo, cabe ao historiador abordar aquilo que foi silenciado, esquecido ou recalçado pela memória oficial ou dos vencedores. Pois que, é sua “tarefa escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1994, p.224).

Os conceitos de memória dos supracitados autores adquirem importância para a pesquisa. De Halbwachs, entendemos que a elaboração dos processos de recordação ocorre a partir do grupo de referência, e não meramente uma ação individual. Pollak, nos provoca a pensar as “memórias subterrâneas” e as disputas e conflitos na construção das memórias coletivas. Benjamin, nos chama atenção para a rememoração daqueles que foram silenciados, esquecidos ou excluídos pela história oficial.



Neste sentido, trabalhamos como fontes os livros de memória do jornalista e escritor Emiliano José, autor de várias obras que abordam a ditadura na Bahia, como *Lamarca, o capitão da guerrilha* (1980), *As asas invisíveis do padre Renzo* (2002) e a série de publicações da coleção *Galeria F – Lembranças do mar cinzento* (2000-2016). O livro autobiográfico do antigo militante do PCBR e advogado Rui Patterson “*Quem samba fica – memórias de um ex-guerrilheiro*” (2011). A publicação do jornalista Fernando Escariz *Por que Theodomiro fugiu* (1980), em que consta cartas, entrevistas e relatos que narram a trajetória do militante do PCBR, Theodomiro Romeiro dos Santos, primeiro preso político condenado à pena de morte pela ditadura. O relatório da Comissão da Estadual da Verdade da Bahia, que constitui um acervo de depoimentos e relatos de memória significativos, em evidenciar o testemunho das violências e perseguições praticadas pelo Estado ditatorial, montado a partir da Doutrina de Segurança Nacional, e por narrar uma história na perspectiva das vítimas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como assinalaram os trabalhos de Joseph Comblin (1978) e Maria Helena Moreira Alves (2005), a Doutrina de Segurança Nacional, serviu de fundamento para a construção de um Estado autoritário e manutenção de uma ordem social e econômica. A partir do golpe de 1964 foi reformulado o aparelho de Estado brasileiro, sendo gradualmente criado e instituído órgãos de informação e repressão, responsáveis por uma estratégia e prática de controle da sociedade, envolvendo o emprego de técnicas de tortura e eliminação os opositores políticos, tratados como “inimigos internos”. Como observou Moreira Alves (2005), a teoria do “inimigo interno” levou ao governo dos militares a criação de um aparato repressivo, de controle e coerção armada, e uma ampla rede de informações e vigilância sobre a população.

As fontes levantadas até o momento do site Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), apontam para ações da repressão e vigilância política do aparelho de Estado de Segurança Nacional no território do Estado da Bahia. Medidas que, na análise proposta, para além conter ou eliminar os designados “inimigos internos” ou “subversivos”, eram motivadas, ainda, de maneira estratégica, por meio do poder coercitivo, censura, vigilância e do medo imposto pelo terrorismo de Estado, por instituir uma memória oficial e o silêncio sobre o passado. Como pode ser evidenciado também no livro *Lamarca, o capitão da guerrilha* (1980) de Emiliano José, em que

Realização:



Apoio:





relata os assassinatos políticos, a tortura e o medo da população de Brotas de Macaúbas, em 1971, diante de militares e policiais integrante da “Operação Pajuçara”.

Em contraposição, observa-se que uma outra memória foi sendo construída, por parte daqueles que participaram das lutas de resistência e oposição. Embora o discurso oficial das Forças Armadas, desejasse instituir o silenciamento e a desmemória, um conjunto de publicações de narrativas de memória e depoimentos, nos permite analisar, à luz das teorias da memória, as ações de resistência, da violência da repressão e a construção de uma contramemória da ditadura na Bahia. Como se constata nas publicações *Galeria F – Lembranças do mar cinzento* (2000-2016) de Emiliano José e “*Quem samba fica – memórias de um ex-guerrilheiro*” (2011) de Rui Patterson.

168

CONCLUSÕES

A pesquisa tem sido encaminhada nos seguintes desbordamentos. Na leitura e sistematização dos referenciais que servem de embasamento teórico, conceitual e bibliográfico, especificamente, de estudos das teorias da memória, da historiografia relacionada a ditadura civil-militar, das relações de poder no âmbito do Estado e dos conflitos sociais e políticos no Brasil. Como resultado, tem sido relevante na construção da investigação os conceitos como Estado de Segurança Nacional (COMBLIN, 1978; MOREIRA ALVES, 2005), “memória coletiva” (HALBAWCHS, 2004), “memória subterrânea” (POLLAK, 1989 e “história a contrapelo” de Walter Benjamin (1994). Além disso, com a reformação do objeto, foi necessário a ampliação das fontes, abrangendo documentação oficial dos órgãos de repressão, pesquisa em jornais, depoimentos da Comissão Estadual da Verdade e entrevistas com pessoas que fizeram oposição à ditadura e foram perseguidas. A consulta, classificação e estudo de algumas fontes estão em processo de realização e outras ainda serão iniciadas.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Silenciamento. Narrativa. Ditadura militar. Bahia.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru. Edusc, 2005.

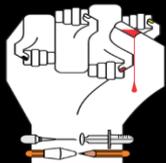
BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Realização:



Apoio:





COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional** – o poder militar na América Latina. Tradução: A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona. Anthropos Editorial, 2004.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.3-15, 1989.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **Ditadura militar na Bahia**. Novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: UFBA, 2009.

